

Aumento da população tem “impacto positivo” mas exige “mais investimento”

Economistas e geógrafos consideram que imigração pode melhorar a economia e os serviços públicos

Ana Bacelar Begonha

O Instituto Nacional de Estatística (INE) registou um aumento populacional nos últimos anos, tendo contabilizado 11,4 milhões de residentes em Portugal em 2025. Mas que implicações pode ter esta subida em indicadores como o PIB, o emprego ou na qualidade dos serviços públicos? Para os especialistas ouvidos pelo PÚBLICO, o cenário é sobretudo positivo, já que se antevê mais actividade económica, maiores contribuições para a Segurança Social ou o repovoamento de territórios despovoados. Contudo, alertam que é preciso repensar as políticas públicas em áreas como a integração e os transportes de forma “preventiva” e que será necessário “mais investimento”.

É o caso de Susana Peralta, que prevê que o “PIB aumenta de certeza” quando for revisto pelo INE. Já o PIB *per capita* não é tão certo, mas a professora da Nova SBE argumenta que “mesmo que venha a diminuir, não quer dizer que não fosse inferior sem a vinda de imigrantes”. Por outras palavras, “é muito provável” que, sem o aumento da imigração, “o PIB *per capita* fosse inferior”.

Segundo a economista, os imigrantes residentes em Portugal “estão em idade activa, a trabalhar”, o que “vai ter um impacto positivo” na economia porque “geram actividade económica” e também nos números do trabalho e da produtividade. “Os imigrantes vêm ocupar trabalhos de baixa produtividade”, nas áreas dos transportes ou dos cuidados, o que permite “libertar outras pessoas para fazerem coisas mais produtivas”, sinaliza ao PÚBLICO.

Já no que toca aos serviços públicos

e à habitação, embora admita que possa haver “certos constrangimentos” quando há um súbito fluxo migratório, a colunista do PÚBLICO contrapõe que, “a médio e longo prazo”, os imigrantes “vêm melhorar esses serviços” porque trabalham nos mesmos, nomeadamente em “lares ou na construção”.

Na Segurança Social, por outro lado, o fenómeno é diferente: se o aumento populacional traz uma “almofada de curto e médio prazo”, é preciso “esperar para ver o que vai acontecer” no futuro, visto que os movimentos migratórios são dinâmicos. É por essa razão que a economista rejeita falar da redução da idade da reforma para já, tal como Pedro Brinca, também professor da Nova SBE.

O economista destaca que a imigração “é um factor positivo para a Segurança Social no imediato”, visto que os imigrantes, que compõem essencialmente uma “população activa”, “são contribuidores líquidos”. Porém, nota que, “a longo prazo”, esta realidade “tem de ser analisada”. “Depende do perfil dos imigrantes, que podem regressar” aos países de origem, aponta.

Em conversa com o PÚBLICO, Pedro Brinca admite igualmente que “é possível que o PIB vá ser revisto em alta”, tendo em conta que o “peso das contribuições subiu acima da média móvel” no que diz respeito às contribuições da Segurança Social em percentagem do PIB. Contudo, sinaliza que as receitas dos impostos indirectos em percentagem do PIB recuaram e as dos impostos directos estabilizaram, concluindo que, mesmo que haja uma subida, “não se vai comparar à revisão da população”.

A semelhança de Susana Peralta,



11,4
milhões, o número de residentes em Portugal após a revisão do INE. Desses 1,6 milhões são cidadãos estrangeiros

o economista nota que os imigrantes “podem elevar a média *per capita* do país por serem jovens e terem uma maior participação no mercado de trabalho”. Mas projecta que o país vai continuar aquém da “convergência com a média da União Europeia”. Estes dados “deviam fomentar um

debate sobre políticas que possam pôr o país a criar mais riqueza”, defende.

Outro campo em que o professor universitário acredita que as políticas públicas devem ser repensadas é na integração. Criticando que as comunidades imigrantes tenham sido “marginalizadas em guetos”, Pedro Brinca sustenta que é preciso “assegurar que integramos estas pessoas sem as estigmatizar, com o resto das populações, e com poder de agência”.

“Imigrantes fazem falta”

A opinião é partilhada por Dulce Pimentel, geógrafa e professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que vê nestes números uma necessidade de os actores políticos “criarem condições” para os imigrantes, ao invés de os utilizarem numa “guerrilha política”. Até porque, argumenta, mesmo com políticas migratórias “mais restritivas”, “os imigrantes vão continuar a vir” e “fazem fal-



Regiões como Lisboa (ao lado) e Porto são “centros urbanos” onde os residentes tendem a fixar-se mais, o que cria “desafios notórios”, desde logo na habitação

ta” ao país, sejam “mais ou menos qualificados”.

Segundo a investigadora, o aumento populacional registado pelo INE é o “segundo no pós-25 de Abril verdadeiramente importante”, depois do crescimento registado devido ao processo de descolonização. E “não é uma originalidade portuguesa”. “Tem uma ligação directa com o modo como a economia cresceu”, explica, destacando que Portugal tem um “tipo de emprego criado no turismo e no cuidado aos mais velhos” (por ter uma “sociedade envelhecida”) que, muitas vezes, é prestado pela “população imigrante”.

Esta alteração populacional é vista por Dulce Pimental como benéfica, visto que “atenua ligeiramente” o chamado “Inverno demográfico” pelo qual Portugal está a passar “porque a população estrangeira entrou em idade activa jovem, maioritariamente até aos 40 anos”. Mas a professora avisa que “o processo [de envelhecimento] é irreversível” e que as políticas públicas têm de se



Portugal tem um tipo de emprego criado no turismo e no cuidado dos mais velhos que, muitas vezes, é prestado pela população imigrante

Dulce Pimental

Geógrafa e professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Nova de Lisboa

preparar para um país com “a precisar de mais saúde”.

Outra vantagem identificada pela investigadora é o facto de “a imigração” poder ser “uma oportunidade para os territórios afastados” e “despovoados”, que “hoje são escolhidos por estrangeiros” - por exemplo, devido às estufas agrícolas no Alentejo - e por “emigrados” que regressam a Portugal. Ainda assim, a população residente continua a fixar-se nos “principais centros urbanos”, o que cria “desafios notórios”. Desde logo, na habitação - cujo preço “disparou” em parte devido a imigrantes “com poder de compra” -, nos transportes ou na saúde.

“Temos de dotar e adequar estas infra-estruturas à procura. Isso requer mais investimento e por isso é que é tão importante perceber onde os crescimentos decorreram”, afirma.

“Revisão” do financiamento

O mesmo defende o geógrafo Luís Mendes ao PÚBLICO, ao apontar que “um aumento populacional desta dimensão exige uma actualização das políticas públicas, sobretudo nas áreas metropolitanas e nos territórios que mais cresceram”. É o que acontece nos transportes públicos, que vão precisar de mais “capacidade das redes existentes”, de maior “frequência” ou de outras “ligações entre as periferias e os centros urbanos”. Mas também na habitação, na saúde, nas escolas e creches, no abastecimento de água ou no saneamento.

O professor do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território destaca, por isso, que é necessária uma “revisão dos mecanismos de financiamento” dos municípios. E sublinha que, havendo cidades que têm uma “população flutuante”, como Lisboa, essa revisão “deverá considerar não apenas os residentes permanentes, mas também a população que utiliza diariamente os serviços”.

Para o especialista, o crescimento da população pode ser uma “oportunidade para o desenvolvimento do país”, mas apenas “se for acompanhado por políticas integradas de habitação, mobilidade, ordenamento do território e coesão territorial”. “Importa antecipar o crescimento populacional em vez de responder apenas quando os problemas já se tornaram evidentes. É importante que o planeamento e ordenamento do território sejam preventivos, estratégicos e mais proactivos”, defende.